

# Matéria Prima

Uma publicação do **SINT-IFESgo** Ano 1 - Número 1 - Fevereiro de 2017

Sindicato dos Trabalhadores Técnico-administrativos das Instituições Federais de Ensino Superior do Estado de Goiás



## BALANÇO DA GREVE: EM DEFESA DA EDUCAÇÃO

*Após anúncio de Proposta de Emenda Constitucional que congela investimentos públicos por 20 anos, trabalhadores técnico-administrativos deflagram greve em defesa dos serviços públicos*

*Págs. 5 e 6*

### Editorial

*Reinventando as velhas receitas das décadas de 1980 e 1990*

*Pág. 2*

### Prestação de contas

*Confira o relatório da Comissão de Finanças do Comando de Greve*

*Pág. 6*

### Violência em Brasília

*Governo usa alta repressão contra trabalhadores(as) em manifestação*

*Pág. 7*

## Editorial

## Revivendo as velhas receitas das décadas de 1980/1990

Para compreendermos a realidade que estamos vivendo é necessário entender que o desenvolvimento do capitalismo é permeado por crises econômicas, alternando, ao longo de sua história, uma instabilidade com períodos de crescimento, sucedido por períodos de depressão. Essas crises fazem parte do seu funcionamento (se renovando e permanecendo dominante), o que pode ser comprovado em diversos momentos de nossa história. Nesse sistema, a função do Estado/Governo é assegurar o domínio dos capitalistas sobre os demais membros da sociedade. Em regra, a classe mais poderosa, economicamente dominante, se torna também a classe politicamente dominante pela da ação do Estado. Pelas contradições próprias do sistema econômico em que vivemos, o Estado, buscando a legitimidade política, por meio do jogo democrático, se torna permeável às demandas das classes menos favorecidas, que podem ter seus interesses e suas reivindicações imediatamente atendidas, como aconteceu nos últimos 13 anos.

Neste processo, a história da sociedade é a história de lutas de classes, onde opressores e oprimidos sempre estiveram em constante antagonismo. O Estado/Governo, por sua vez, não tem a intenção de superar essas contradições (uma vez que ele só existe em função dessas contradições), sua função é perpetuá-las. Por isso, só aparentemente, ele visa o bem comum, mas o que interessa mesmo são os interesses da classe dominante e, a depender

da conjuntura econômica e do grau de mobilização dos trabalhadores e do nível de desigualdade social, pode-se adotar políticas com orientação e conteúdos sociais voltadas para o bem-estar social, neste caso, com um serviço público estruturado e pessoal com condições de desenvolver programas e projetos que atendam a essas políticas. Por outro lado, pode adotar também apenas um papel regulador, deixando as questões sociais para o setor privado, conforme preconiza o neoliberalismo, com um serviço público reduzido a prestação de políticas sociais apenas para promover ajustamentos na distribuição de renda para os chamados grupos de risco. Esta é, inclusive, a proposta do atual governo Temer.

Não podemos nem devemos esperar que o Estado/Governo resolva as desigualdades sociais geradas pela exploração da classe trabalhadora, pelo desemprego e pela ampliação da pobreza. Essa luta precisa ser feita por todas as categorias, tanto do serviço público quanto da iniciativa privada. Somente assim é possível conquistar vitórias.

### A teoria na prática

Nas décadas de 1980/1990 também havia uma crise política e econômica que dominava o mundo. Com o argumento de que as causas da crise foram os “gastos públicos” e a saturação da capacidade de novos impostos para fazer face às demandas sociais, foi realizada uma ampla reforma do Estado brasileiro que incluiu questões como a reforma administrativa, a reforma da previdência e o contingenciamento dos recursos destinados às políticas sociais públicas. A ideologia do mercado livre se transformou em pretexto para novas formas de exploração. As palavras de ordem eram: privatização, liberalização do mercado financeiro, de capitais e do comércio.

“Privatização’ significa que os estrangeiros podiam comprar minas e campos produtores de petróleo por preços baixos naqueles países. Significava também que podiam obter grandes lucros com os monopólios e quase monopólios, como os existentes nas telecomunicações. “Liberalização dos mercados financeiros e de capitais” significava que os bancos estrangeiros podiam ganhar altos rendimentos com os empréstimos – e que quando os empréstimos encontravam dificuldades, o Fundo Monetário Internacional (FMI) forçaria a socialização das perdas, obrigando populações inteiras a pagar aos bancos estrangeiros. [...] “liberalização do comércio” significava também que firmas estrangeiras podiam exterminar indústrias

“  
 Nos oito anos de mandato de Fernando Henrique Cardoso 155.717 servidores públicos requereram suas aposentadorias (correspondendo a quase um terço do pessoal ativo em 1995), um recorde nunca visto na história do país

nascentes, reprimindo assim o desenvolvimento de talentos empresariais. O capital circulava livremente, mas a mão de obra não - exceto para os indivíduos mais qualificados, muitos dos quais encontravam bons empregos no mercado global.” (Stiglitz, 2010, p. 319)

O discurso que dominou a reforma da previdência em 1998, descrevia uma situação de falência e de incapacidade futura da previdência pública, relacionada a evolução demográfica, aos baixos níveis de crescimento econômico e de envelhecimento da população em função do aumento da expectativa de vida e da baixa taxa de natalidade. O mesmo discurso adotado hoje para justificar o atual projeto do Governo Temer.

No entanto, o projeto de reforma previdenciário brasileiro apontava o modelo da capitalização, fundamentada na suposta capacidade individual do trabalhador garantir a sua aposentadoria, onde ele investe em fundo de previdência cujos recursos arrecadados são investidos nos mercados de capitais, sem garantias.

Ao propor a reforma da previdência, criou-se também a previdência complementar privada para todos os trabalhadores. Com isso, os recursos dos fundos de pensão fomentam o mercado financeiro de países em desenvolvimento, financiando inclusive, as privatizações do governo de Fernando Henrique Cardoso. Portanto, um novo modelo de capitalização para a aposentadoria em substituição ao modelo de repartição, era necessário. Os fundos de pensão no Brasil já são importantes investidores no mercado financeiro mundial.

Nos oito anos de mandato de FHC, (1995/2002), 155.717 servidores públicos requereram suas aposentadorias (correspondendo a 27,41%, ou seja,

quase um terço do pessoal ativo em 1995), um recorde nunca visto na história do país! Nas Instituições Federais de Ensino o fato ficou conhecido como “evasão de cérebros”.

Na Reforma Administrativa da década de 1990, o fim da obrigatoriedade de adoção de um regime jurídico único para os servidores e a flexibilização da estabilidade no serviço público e demissão por necessidade da administração pública. Essas ações permitiriam a chamada flexibilidade de gestão na administração pública, o ponto forte do projeto da reforma administrativa, que deu ao governo a prerrogativa de demitir servidores quando da necessidade da administração, estipulando o limite de 60% da receita disponível para gastos com a folha dos servidores.

Com a proposta de redução do tamanho do Estado, foram extintos 28.451 cargos que se encontravam vagos, gerados pelas aposentadorias e mortes e colocou em extinção 72.930 cargos que, embora ocupados, iriam sendo extintos aos poucos (não haveria reposição em caso de saída do servidor por qualquer motivo). O resultado disso foi a terceirização e a precarização da mão de obra por meio de diversos vínculos empregatícios, como bolsistas, estagiários e outros.

Foi só a partir de 2003, já no governo Lula, que tivemos um período onde os serviços públicos foram significativamente ampliados, como é o caso das universidades e dos institutos federais com contratação de técnico-administrativos e docentes. Entretanto, mesmo neste momento de ampliação dos serviços públicos e das políticas públicas ofertadas à população, a classe dominante, por meios dos políticos, empresários, ruralistas e outros, se mantiveram no poder. O que confirma que o Estado é da classe mais poderosa economicamente do-

minante, e que, por seu intermédio, se torna também a classe politicamente dominante.

Confirma, também, o que Poulantzas (2000, p. 188) dizia: “o Estado organiza e reproduz a hegemonia de classe ao fixar um campo variável de compromissos entre classes dominantes e as classes dominadas, ao impor muitas vezes, até às classes dominantes, certos sacrifícios materiais a curto prazo com o fim de permitir a reprodução de uma dominação a longo prazo”, quando, no período de 2002 a 2014 permitiu a ascensão de um governo mais progressista.

Os governos progressistas desse período só chegaram ao poder após assumir, conforme consta na Carta ao Povo Brasileiro, compromissos com os grandes empresários, com a grande mídia, com os rentistas, especuladores e latifundiários, que permitiram a implementação dos programas dos governos Lula e Dilma, o que resultou em uma pequena distribuição de renda e inclusão social.

Nesse período foram colocados em prática diversos programas importantes, tanto nas universidades e institutos quanto na sociedade em geral, como o ProUni, o Pronatec, o Reuni e Rehuf, as cotas raciais e sociais, bem como o Programa Minha Casa Minha Vida, o Bolsa Família, o Programa Luz para Todos, entre outros.

### Objetivos do golpe

A partir de 2014, o então Vice-Presidente, ministros e secretários que compunham a base de sustentação, aliados ao congresso nacional, parte do judiciário e a grande mídia, se utilizaram da profunda crise econômica mundial para instalar uma grave crise política e patrocinarem o impeachment que culminou com a saída de Dilma e a posse de Michel Temer. Com ele, esse consórcio se instala,

definitivamente, no poder.

Neste contexto, o governo Temer logo mostrou a que veio, lançando de forma simultânea em diferentes instâncias diversas propostas e medidas que atacam direitos dos trabalhadores, serviços públicos e ferem a Constituição Federal. O primeiro de maior vulto foi o Proposta de Emenda Constitucional (PEC 241/55), que congela os investimentos para a Educação e a Saúde por 20 anos, aprovada pelo Congresso Nacional no final do ano passado. Agora, estão em pauta as Reformas da Previdência e Trabalhista, a terceirização das atividades fim, a reformulação do Ensino Médio, entre outras. Ou seja, agora o Estado deixa de ser mínimo e passa a ser Estado zero!

### Movimento de resistência

Em alerta contra as ações de retrocesso ao setor público, desde o momento em que o Projeto de Ajuste do Governo se tornou pauta da Câmara Federal, no primeiro semestre de 2016, e depois, do Senado, a Fasuba e as diversas entidades a ela ligadas lutaram durante todas as etapas de discussão e votação do projeto. Em Brasília, equipes de servidores se somaram e revessaram nas reuniões das comissões de análise da proposta, visitas aos gabinetes dos parlamentares e atos na Esplanada dos Ministérios. Por fim, a partir de outubro a grande maioria dos técnico-administrativos das IFES optou por greve, que se estendeu até a votação final do projeto, em 13 de dezembro de 2016.

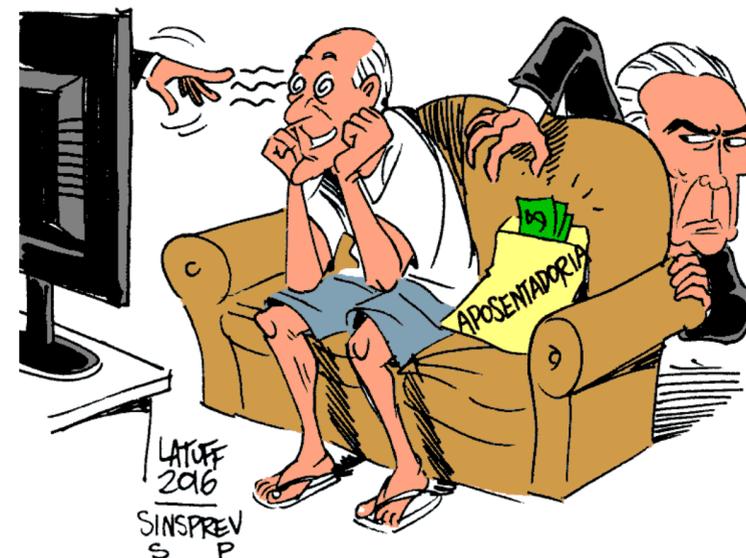
Diferente de outras paralisações, a categoria parou nas universidades e institutos federais para defender suas instituições, o ensino público, gratuito e de qualidade, a saúde e outros serviços públicos estratégicos e de demandas crescentes, ameaçados a um jejum de 20 anos sem novos investimentos. Esta foi uma greve contra o desmonte, o desmantelamento de serviços essenciais à sociedade.

Surpreendeu a capacidade de mobilização dos trabalhadores da educação contra o ajuste fiscal e o pacote de maldades de Temer. Alertar a população, desavisada sobre os efeitos das medidas, foi o maior desafio

A mobilização e os esforços da categoria não impediram a aprovação da proposta governamental, que terá grande impacto social, mas mostrou firmeza nos propósitos de defesa da coisa pública. A categoria provou que a nossa luta vai muito além dos nossos direitos e interesses. Enquanto agentes públicos, buscamos melhorias também para o justo atendimento público e o exercício da cidadania.

Contra a avalanche do desmonte do setor público, a luta dos trabalhadores da Educação continua, em 2017, por meio do Estado de Mobilização Permanente. Participe! Essa luta é de todos!

“  
 Pelas dinâmicas e contradições próprias do capitalismo, o Estado, buscando legitimidade política por meio do jogo democrático, se torna permeável às demandas das classes menos favorecidas, que podem ter seus interesses e suas reivindicações imediatamente atendidas, como aconteceu nos últimos 13 anos



## Sucateamento da educação leva TAEs a greve nacional

*Diante da crise econômica e política do país, trabalhadores das universidades e institutos federais se mobilizaram contra o sucateamento da educação e da saúde e aos ataques à direitos adquiridos*

A grave crise política que se instalou com o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff criou um clima de instabilidade em todo o serviço público. Diversas medidas implementadas pelo então presidente interino Michel Temer levaram os trabalhadores públicos federais a terem dúvidas sobre o futuro de suas carreiras, salários e do serviço público de forma geral.

A palavra de ordem do novo governo, mesmo antes do afastamento de Dilma, era da necessidade de se “conter gastos” e “enxugar a máquina pública” com o objetivo de conter a crise econômica no país. Esses termos, velhos conhecidos dos trabalhadores do serviço público, ameaçam diversos direitos adquiridos ao longo de décadas de luta e resistência, tais como: plano de carreira, acordos de greve e reajuste de salários, bem como a retomada de privatizações, terceirizações e cortes de verbas nas áreas de Saúde e Educação.

O receio de uma nova onda de sucateamento das Instituições Federais de Ensino (IFEs) se confirmou com uma série de projetos apresentados pelo Palácio do Planalto no Congresso Nacional. Entre eles, destacam-se o PLP 257/16 (projeto enviado ainda no governo Dilma), que impunha condições draconianas de ajuste fiscal aos estados como condição de renegociar suas dívidas com a União; e a PEC 241 (55), que congela os



Em assembleia, categoria aprovou deflagração da greve para o dia 24/10/16, acompanhando calendário da FASUBRA

investimentos em educação, saúde e programas sociais por um período de 20 anos.

### É greve!

Foi nesse cenário que os trabalhadores técnico-administrativos (TAEs) começaram uma intensa mobilização em todos os estados e IFEs. A movimentação da categoria, dessa vez, não era por reajuste salarial, mas em defesa da educação pública, gratuita, laica e de qualidade socialmente referenciada e pelo direito da população mais pobre de ter acesso a serviços públicos de qualidade.

Depois de muitas discussões, tan-

to dentro da FASUBRA quanto em fóruns amplos que abarcavam outros setores do funcionalismo público federal, os TAEs, em todo o Brasil, deflagram greve por tempo determinado contra a PEC 241 (55). O objetivo era, ao longo do movimento paredista, conscientizar a população acerca dos malefícios da aprovação do projeto, bem como aglutinar força com outros setores e construir uma greve da educação no país.

### Goiás

Em Goiás, a categoria já se mobilizava há muitos meses contra as medidas do governo Temer. A aprovação do indicativo de greve, no dia 5 de agosto, veio seguido de uma série de atividades, como as caravanas à Brasília, que aconteceram nos dias 8 a 11, com o objetivo de pressionar os parlamentares. Os TAEs integraram também atos políticos nos dias 11 e 16 de agosto, no centro de Goiânia.

Acompanhando o calendário nacional da categoria, o SINT-IFESgo aprovou, no dia 17 de outubro, a de-

flagração da greve por tempo determinado, enquanto durasse a tramitação da PEC 241 (55), para o dia 24. No dia seguinte à declaração, os trabalhadores realizaram assembleia no pátio entre Instituto de Química (IQ) e o Instituto de Ciências Biológicas (ICB) da UFG e, em seguida, fizeram uma grande manifestação percorrendo várias unidades e órgãos da universidade e dialogando com a comunidade universitária, em especial com os estudantes que, à época, realizaram movimento de ocupação em vários prédios UFG com a mesma pauta.

Desde o início da mobilização, os TAEs sabiam que essa seria uma greve diferente. A luta contra a PEC exigiu do movimento paredista uma postura de diálogo não apenas com a própria categoria, mas também com toda a comunidade universitária e com a população em geral.

Respondendo a necessidade, a tônica do movimento foi a realização de atos fora dos muros da universidade, em greve que procurou envolver os goianos na luta contra os retrocessos.

## TAEs realizam greve de mobilização e conscientização

*Trabalhadores promovem diversos atos de rua para dialogar com o povo e pressionar parlamentares a votarem contra a PEC 241 (55) e outros projetos que prejudicam a classe trabalhadora*

A greve de 2016 foi marcada por uma intensa mobilização e diálogo entre a categoria e da sociedade. Como se tratava da defesa da educação, saúde e dos serviços públicos, os TAEs concentraram suas forças em atos de rua, panfletos e manifestações com o objetivo de alertar e ganhar a opinião pública, bem como pressionar os parlamentares goianos a barrarem a PEC.

Entre as diversas atividades, destacam-se as manifestações de rua realizadas em conjunto com as Centrais Sindicais, estudantes e diversas categorias do serviço público estadual e federal. Foram realizados também debates e palestras na UFG e nos Institutos Federais, em conjunto com os estudantes que ocupavam os prédios

da universidade e dos Institutos Federais (IFG e IF Goiano).

A categoria espalhou ainda diversas faixas e panfletos, tanto em Goiânia quanto no interior, alertando sobre os retrocessos que a PEC representa e denunciando os deputados federais goianos que votaram a favor da medida.

### Banquete

Com o objetivo de pressionar os senadores a votarem a favor dos direitos dos trabalhadores e da sociedade, os TAEs promoveram, nos dias 21, 22 e 23 de novembro, “banquetes” nos escritórios políticos de Ronaldo Caiado (DEM), Lúcia Vânia (PSB) e Wilder Morais (PP). Durante os atos, que ironizavam o banquete oferecido por Temer aos deputados

federais e senadores, os manifestantes também distribuíram panfletos para a população. Apenas o senador Ronaldo Caiado se dispôs a debater com os trabalhadores e reafirmou sua posição de votar a favor da PEC, mesmo com os argumentos apresentados pelos presentes.

### Ocupações

Nesse contexto, os estudantes de todo o país deram grande contribuição para a luta dos(as) trabalhadores(as). Diante dos ataques à educação pública, representados pelo ajuste fiscal, pelo PLP 257, pela Reforma do Ensino Médio e pelo projeto “Escola sem Partido”, estudantes de todo o país iniciaram uma onda de ocupações em escolas, universidades federais e IFs em todo o Brasil.

O movimento que, no seu auge ocupou, de acordo com dados da União Nacional dos Estudantes (UNE), 1.197 escolas e 224 instituições de ensino superior, teve grande repercussão nacional, culminando, inclusive, no adiamento das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) em diversos locais (manobra do governo federal para jogar a população contra o movimento).

Em Goiás, o movimento estudantil realizou ocupações em diversos Campus do IFG e do IF Goiano, bem como nas três regionais da UFG. A greve dos TAEs manifestou seu apoio aos estudantes por meio da realização de atividades conjuntas, visitas, debates e palestras. Além disso, foram feitas doações de alimentos e itens de higiene pessoal.



Debate na Faculdade de Educação da UFG



Ato nacional unificado dos Movimentos Sociais



TAEs promovem “velório” dos direitos constitucionais



Ato dos TAEs na Avenida Assis Chateaubriand



Manifestação no Campus do IF Goiano de Trindade



Atividade da greve foi também ao Terminal Praça A



Trabalhadores(as) oferecem “banquete” em frente aos escritórios políticos dos Senadores Ronaldo Caiado, Lúcia Vânia e Wilder Morais para que votassem contra a PEC



### O que é uma PEC?

Proposta de Emenda à Constituição (PEC) é uma atualização, um emendo à Constituição Federal. É uma das propostas que exige mais tempo para preparo, elaboração e votação, uma vez que modificará a Constituição Federal.

### O que é a PEC 241 (55)?

A PEC 241/16 (quando tramitou na Câmara Federal) e 55/16 (no Senado), aprovada em dezembro do ano passado, prevê o congelamento dos investimentos do governo federal em saúde e educação por um período de duas décadas.

## Relatório sintético das despesas da greve

*Aqueles que se interessarem em conferir a documentação podem procurar a tesouraria do Sindicato, localizada na Sede Administrativa*

COMANDO LOCAL DE GREVE - SINT-IFESgo  
COMISSÃO DE FINANÇAS

RELATÓRIO SINTÉTICO DAS DESPESAS DA GREVE - INÍCIO 24/10/2016 E FIM EM 14/12/2016

DESPESAS	pagas	a pagar	total
1 Caravana	78.683,50	0,00	78.683,50
2 Ajuda de Custo para Viagens (diárias e combustível)	8.015,00	0,00	8.015,00
3 Restaurante (Lanches e Refeições)	22.211,12	0,00	22.211,12
4 Campanha Visual (adesivos, camisetas, cartazes)	40.110,00	0,00	40.110,00
5 Carro de Som / Técnico em Som	17.240,00	0,00	17.240,00
6 Combustível e Manutenção de Veículos	5.674,70	0,00	5.674,70
7 Contas Telefônicas	4.880,72	0,00	4.880,72
8 Correios	4.202,25	0,00	4.202,25
9 Delegados em Brasília-DF	19.848,00	0,00	19.848,00
10 Despesas Diversas	14.546,45	0,00	14.546,45
11 Divulgação e Publicidade	16.030,00	0,00	16.030,00
12 Faixas, Placas, Estandartes (interior e goiânia)	39.312,00	0,00	39.312,00
13 FASUBRA (Contribuição) 15%	28.245,26	0,00	28.245,26
14 Fotocópias, Cartuchos e toners (toners e cópias)	2.256,50	0,00	2.256,50
15 Doações para Movimento Estudantil	13.179,51	0,00	13.179,51
16 Hospedagem de Delegados em Brasília-DF	14.300,00	0,00	14.300,00
17 Horas-extras - funcionários na greve	1.386,36	0,00	1.386,36
18 Locação de Carro	0,00	0,00	0,00
19 Locação de Ônibus	0,00	0,00	0,00
20 Materiais de Higiene, Limpeza e Conservação	825,84	0,00	825,84
21 Papelaria (papel e material escritório)	517,50	0,00	517,50
22 Táxi / Estacionamento	0,00	0,00	0,00
23 Vale-transporte	148,00	0,00	148,00
Totais	331.612,71	0,00	331.612,71

### RECEITAS

1 Saldo inicial (poupança - CEF 716.061-4)	217.806,02
2 Receitas ( contribuição - ref )	245.148,76
3 Receitas ( contribuição - ref )	0,00
4 Receitas doação "comissão de apoio ocupacional"	120,00
5 Receitas ( poupança )	2.562,02

totais ..... 465.636,80

Saldo nesta data (poupança cef 716061-4 - ag 0667) ..... 134.024,09

Goiânia, 17 de fevereiro, 2017.

Paulo César de Souza Guerra - IQ

Gilmar Barbosa Dias - DP

Alexandre Coutrim Vilas Boas - CERCOMP

Renato Cândido da Silva - IQ

Tharles Júnior de Souza - IFG ANÁPOLIS

Marilda Ferreir da Silva - CEPEA

Enderson Medeiros - BC

Thales Cavalcante e Castro - CEPAE

Nota: - prestação de contas sujeita a alteração em virtude de gasto do Jornal Informativo da Greve a ser publicado; e também sujeita a aprovação pela Comissão de Finanças da Greve e pela Assembleia Geral da categoria.

## Governo reage violentamente às manifestações populares

*Durante a votação, manifestantes contrários à PEC foram violentamente reprimidos e dispersados de ato que realizavam em frente ao Congresso Nacional*

Brasília, símbolo da democracia nacional, foi palco de repressão e cerceamento de direitos no dia 29 de novembro de 2016, data da primeira votação da PEC 55 no Senado Federal.

A manifestação reuniu servidores públicos, estudantes do ensino médio e superior, professores e trabalhadores de diversas categorias, além de crianças e idosos, vindos de inúmeras partes do país, na frente do Congresso Nacional. Também estiveram entre os participantes, ativistas de entidades sindicais, como a CUT, CTB, MST, UNE, entre outras.

O SINT-IFESgo, que já havia participado de outros atos na capital federal, enviou caravana com seus servidores para a manifestação, em um total de 14 ônibus. Dentre os integrantes, estiveram trabalhadores ativos e aposentados do IFG, IF Goiano



Foto: Agência Senado

Cerca de 15 mil manifestantes sofreram com a recepção truculenta de Temer

e UFG de diversas cidades do estado.

O ato, segundo o site da Agência Brasil, reuniu 15 mil pessoas, que ficaram agrupadas na frente do Congresso enquanto a proposta, que congelará investimentos em serviços públicos por 20 anos, era votada.

A manifestação de cunho ordeiro

foi interrompida com truculência e força desproporcional por parte da polícia militar do Distrito Federal. Bem munidos e em grande número, os militares partiram para o ataque sobre todos os manifestantes, sem distinção de idade, classe ou gênero.

A ação policial foi ininterrupta por quase uma hora, permanecendo até que os participantes da manifestação se dissipassem em pequenos grupos espalhados pela cidade, o que culminou no fim do ato. Houve relatos de abuso de autoridade, violência e uso de balas de borracha e bombas de gás lacrimogênio durante a ação.

Apesar da manifestação, os senadores aprovaram a proposta em primeira votação. Os senadores goianos Ronaldo Caiado (DEM) e Lúcia Vânia (PSB) votaram a favor da PEC e contra os interesses dos(as) trabalhadores(as). O Senador Wilder Morais (PP) não compareceu à sessão e não votou na proposta.

Reações como essa são esperadas para próximo período. É fundamental que a categoria esteja preparada para defender seus direitos, usando a criatividade para novas formas de luta.



**Mariana de Oliveira Lopes  
Barbosa - DDRH-UFG**

“Acho que, de qualquer forma (...) a polícia ia atacar. Eles não estavam em um contingente muito grande de policiais, mas depois começou a chegar a cavalaria, a tropa de choque etc. Acho que a polícia, de qualquer forma, viria com truculência, porque o Temer, a qualquer custo, queria aprovar a PEC.”



**Fernando Mota -  
Cercomp-UFG**

“Assim que os manifestantes chegaram, a força policial, usando de violência desproporcional, atacou a manifestação, até então pacífica, e perseguiu os manifestantes até que chegassem à rodoviária e lá se dispersassem. Por volta das 21h, conseguimos reagrupar nossos militantes, para embarcar nos ônibus e retornar a Goiânia.”



**Marilda Silva - CEPEA  
Faculdade de Educação**

“Assim que o ato começou, a polícia soltou bombas. A polícia usou como desculpa o carro que foi virado e a partir daí foram muitas bombas, policiais com cachorros e a cavalo, correndo atrás das pessoas. Foram levando as pessoas até a Catedral usando muito gás lacrimogênio, muito gás de pimenta. Tinha também helicópteros, soltando muito gás.”



**Maria Lucimar M. dos  
Santos - Aposentada**

“Eles perseguiram no início da tarde e continuaram a noite inteira. Outros grupos que ainda estavam manifestando foram sendo acudados até o Estádio Mané Garrincha. As pessoas não conseguiam pegar ônibus perto da Catedral porque a polícia estava jogando bombas, e nisso, muitos correram e se perderam. Foi uma sensação muito ruim, de muito terror.”

## Momento Brasil: greve motivou novo programa em parceria na UFG

*Objetivo da produção conjunta Rádio Universitária e TV UFG é contribuir para o debate público*

Mais do que nas greves anteriores dos servidores, o movimento contra o ajuste fiscal teve um apelo ainda maior no sentido de envolver a sociedade nas discussões sobre as implicações do projeto. Reunidos para tratar das coberturas do movimento, profissionais da Rádio Universitária (870 AM) e da TV UFG (Canal 21) viram a oportunidade de criar um programa local, para tratar dos grandes temas políticos, econômicos e sociais do país, como forma de contribuir com o debate público e a formação crítica.

Contando com o apoio de especialistas ligados à universidade, surgiu o Momento Brasil, um misto de mesa-redonda e debate - ação pioneira de integração entre ambas as emissoras de radiodifusão da UFG. A transmissão dos primeiros programas também ocorreu com sucesso pelo



João Pires Júnior e Nelson Amaral discutiram sobre o futuro da Educação

Facebook e, agora, estão disponíveis pelo Youtube.

Produzido ao vivo nos estúdios da TV UFG, a estreia se deu ao longo da semana de 14 a 18 de novembro de 2016, com a exibição de cinco programas, um a cada dia, com uma hora de duração, tendo o pacote de ajuste fiscal como tema central. A primei-

ra edição abordou sobre os efeitos da então PEC 55 na Educação, com a participação do coordenador do SINT-IFESgo, João Pires Júnior, e do professor Nelson Amaral, da Faculdade de Educação da UFG. Os demais temas debatidos foram Reforma do ensino médio, aspectos econômicos e Dívida Pública, saúde e o des-

tino do SUS e aspectos jurídicos - todos relacionados à PEC 55.

Em fevereiro, as equipes de produção definiram os novos temas e convidados das próximas edições do Momento Brasil. As reformas da previdência, trabalhista, tributária e fiscal; crise institucional; crise carcerária; o papel da mídia na atual crise brasileira estão entre os assuntos a serem destacados pelo programa.

Quem quiser encaminhar sugestões, pode fazê-lo pelos canais de comunicação das emissoras.

### TV UFG Canal 14 (UHF) / 21 (NET)

<http://www.tvufg.org.br/>  
[facebook.com/tvufg/](https://www.facebook.com/tvufg/)

### Rádio Universitária 820 AM

<https://www.radio.ufg.br/>  
[facebook.com/radioufg/?fref=ts](https://www.facebook.com/radioufg/?fref=ts)

## Mobilização de 2016 abre caminho para a luta em 2017

Com a aprovação do ajuste fiscal pelo Senado Federal, a greve dos TAEs se encerrou em todo o país, conforme determinado no momento de sua deflagração. Mas, isso não significou o fim da mobilização.

Na assembleia geral da categoria que encerrou o movimento grevista, os(as) trabalhadores(as) aprovaram estado permanente de mobilização. A decisão veio com o anúncio de novos ataques aos direitos por parte do governo Temer, como a Reforma da Previdência e Trabalhista, que afetam diretamente o serviço público.

Esse estado de mobilização tem o objetivo de deixar a categoria em alerta para defender os seus direitos e conquistas. A intenção do governo federal de aprovar, a toque de caixa, a Reforma da Previdência já no mês de abril, mostra o quanto ainda precisa ser feito.



As mobilizações continuam em 2017, dessa vez contra a Reforma da Previdência

O desafio agora é fazer uma mobilização que ultrapasse a própria categoria, a exemplo do que foi feito durante a greve de 2016, uma vez que os efeitos das reformas de Temer afetarão todos(as) os(as) trabalhadores(as) de forma pesada.

Por esse motivo é fundamental que todos(as) os(as) TAEs realizem debates em seus locais de trabalho, a fim de conscientizar a categoria como um todo a engrossar as fileiras da luta em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade.

SINT-IFESgo

UFG - IFGO - IFGoiânia - EBSiBH

Expediente

Matéria Prima - Ano I - nº 1 - Fevereiro de 2017

#### Texto:

Artur Dias, Fátima dos Reis,  
Hebert Nascimento, Silvânia Lima

#### Edição:

Artur Dias, Fátima dos Reis,  
Fernando Mota, Silvânia Lima

#### Editoração:

Artur Dias

#### Foto da capa:

Lula Marques/Agência PT

#### Impressão:

Gráfica Vereda

#### Tiragem:

3.500 unidades

#### Endereço das sedes do SINT-IFESgo:

Administrativa - 5ª Avenida, nº 1213 St. L. Universitário  
Fone: (62) 3261-4465

Social - Rua 01, Qd. Área, Lt. 24, Chácara Califórnia, Goiânia - GO (saída para Nova Veneza) Fone: (62) 3205-1663

#### Redes Sociais:

[www.sint-ifesgo.org.br](http://www.sint-ifesgo.org.br)

@SINTIFESgo

[www.facebook.com/SINT.IFESgo](https://www.facebook.com/SINT.IFESgo)

#### Diretoria:

Coordenação Geral: Fátima dos Reis Vice-Coordenação Geral: Dayse Mary da Silva Secretária Executiva: Camila Lorrane Rodrigues dos Santos Vice-Secretária Executiva: Daniel Ancelmo da Silva Coordenação de Adm. e Finanças: Paulo César de Souza Guerra Vice-Coordenação de Adm. e Finanças: Ivan Ferreira dos Santos Coord. de Assuntos de Aposentadoria e de Aposentados: Maria Lucimar Mendanha dos Santos Vice-Coord. de Assuntos de Aposentadoria e de Aposentados: Joana Rosa Mendonça Coordenação de Administração da Sede Social: Amarildo Rodrigues Paixão Vice-Coordenação de Administração da Sede Social: Gilmar Barbosa Dias Coordenação de Esporte e Lazer: Eduardo Marques dos Santos Vice-Coordenação de Esporte e Lazer: Catarino Ferreira de Souza Coordenação de Políticas Sociais e Culturais: Renato Cândido da Silva Vice-Coordenação de Políticas Sociais e Culturais: Rafael Argôlo Coelho Coordenação de Imprensa e Comunicação: Silvânia de Cássia Lima Vice-Coordenação de Imprensa e Comunicação: Guilherme Aires Rodrigues Coordenação de Saúde do Trabalhador: João Pires Júnior Vice-Coordenação de Saúde do Trabalhador: Fernando César Silva da Mota Coord. Assuntos Étnico-Raciais, Gêneros e Diversidade Sexual: Michely Coutinho Oliveira de Andrade Vice-Coord. Assuntos Étnico-Raciais, Gêneros e Diversidade Sexual: Elaini Moreira da Cruz Coordenação Regional Catalão e Entorno: Roberto Ferreira Tavares Vice-Coordenação Regional Catalão e Entorno: Regis Marcus de Sousa Coordenação Regional Jataí e Entorno: Eleuzzny Moni do Carmo Jesus Coordenação Regional Goiás e Entorno: Viviani Cristina Silva Coordenação Regional Goiânia e Entorno: Marcelo Pereira Ramos Vice-Coordenação Regional Goiânia e Entorno: Josué da Silva Vieira Suplentes: Amaury Joaquim de Farias, Luciana de Deus Macêdo, José Venâncio Rodrigues Pinheiro, Jorge Wanderson Barbosa, Gercílio Pereira dos Santos.